



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

DIA 22/05/2023

(x) Manhã () Tarde.

PONTO SORTEADO: 03 *3.1 Igualdade racial 3.2 Infância e Juventude: Criança e Adolescente. Acesso à Justiça. Princípios gerais. Competência. Representação processual. Serviços auxiliares. Direito ao atendimento inicial e integrado (Recomendação CNJ nº 87/2021). 3.3. Ação civil pública. Conceito e objeto. Tutela principal e provisória. Interesse de agir. Legitimação ativa e passiva. Litisconsórcio e assistência. Atuação do Ministério Público. Competência.*

EXAMINADORA: CECÍLIA NOGUEIRA GUIMARÃES BARRETO

PERGUNTA: As políticas de ações afirmativas fundadas na discriminação racial reversa possuem lapso de validade? Justifique com base na jurisprudência.

*** RESPOSTA PADRÃO**

É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

a) Sim. São temporárias, elas devem estar condicionada à persistência, no tempo, do quadro de exclusão social que lhes deu origem, caso contrário, tais políticas poderiam converter-se benesses permanentes, instituídas em prol de determinado grupo social, mas em detrimento da coletividade como um todo, situação incompatível com o espírito de qualquer Constituição que se pretenda democrática, devendo, outrossim, respeitar a proporcionalidade entre os meios empregados e os fins perseguidos. (5,00 pontos)

b) Citar conteúdo da decisão do STF - Ac 186 - j. 26/4/2012 - v.u. - julgado por Enrique Ricardo Lewandowski - DJe 20/10/2014 - RT 1/2/2015 - Área do Direito: Constitucional; Administrativo
ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL –



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

“Cotas raciais” – Programa de ação afirmativa que estabelece sistema de reserva de vagas, com base em critério étnico-racial, para acesso ao ensino superior público – Admissibilidade – Política que visa a compensar discriminação culturalmente arraigada – Medida que deve ser transitória e condicionada à persistência, no tempo, do quadro de exclusão social que lhe deu origem – Observância à proporcionalidade entre os meios empregados e os fins colimados – Métodos de hetero ou autoidentificação pelos candidatos, ademais, que são constitucionais – Inteligência do art. 37, VIII, da CF/1988. (2,00 pontos)

** Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)*



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

DIA 22/05/2023

() Manhã (x) Tarde.

PONTO SORTEADO: 03 *3.1 Igualdade racial 3.2 Infância e Juventude: Criança e Adolescente. Acesso à Justiça. Princípios gerais. Competência. Representação processual. Serviços auxiliares. Direito ao atendimento inicial e integrado (Recomendação CNJ nº 87/2021). 3.3. Ação civil pública. Conceito e objeto. Tutela principal e provisória. Interesse de agir. Legitimação ativa e passiva. Litisconsórcio e assistência. Atuação do Ministério Público. Competência.*

EXAMINADORA: CECÍLIA NOGUEIRA GUIMARÃES BARRETO

PERGUNTA: Quais os pilares que norteiam a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial? Aponte pelo menos três pilares.

*** RESPOSTA PADRÃO**

É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

a) A Convenção apresenta dois pilares básicos que norteiam a efetivação do direito à igualdade: o combate a toda e qualquer forma de discriminação racial e a promoção da igualdade. (4,0 pontos)

Exemplos, citar três desses: (3,0 pontos, vale um para cada)

b) Cada Estado Parte compromete-se a efetuar nenhum ato ou prática de discriminação racial contra pessoas, grupos de pessoas ou instituições e fazer com que todas as autoridades públicas nacionais ou locais, se conformem com esta obrigação.

c) Cada Estado Parte compromete-se a não encorajar, defender ou apoiar a discriminação racial praticada por uma pessoa ou uma organização qualquer.



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

d) Cada Estado Parte deverá tomar as medidas eficazes, a fim de rever as políticas governamentais nacionais e locais e para modificar, ab-rogar ou anular qualquer disposição regulamentar que tenha como objetivo criar a discriminação ou perpetrá-la onde já existir.

e) Cada Estado Parte deverá, por todos os meios apropriados, inclusive, se as circunstâncias o exigirem, as medidas legislativas, proibir e por fim, a discriminação racial praticadas por pessoa, por grupo ou das organizações.

f) Cada Estado Parte compromete-se a favorecer, quando for o caso, as organizações e movimentos multi-raciais e outros meios próprios a eliminar as barreiras entre as raças e a desencorajar o que tende a fortalecer a divisão racial.

Art; II, da Convenção Internacional sôbre a Eliminação de tôdas as Formas de Discriminação Racial. (decreto nº 65.810, de 8 de dezembro de 1969.) Tipificação pelos candidatos, ademais, que são constitucionais – “Inteligência do art. 37, VIII, da CF/1988”.

** Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)*



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

DIA 23/05/2023

(x) Manhã () Tarde.

PONTO SORTEADO: 02 *2.1 Idoso. 2.2 Inquérito civil. Natureza. Finalidade. Princípios. Instauração. Poderes instrutórios. 2.3 Patrimônio Público: Controle da Administração Pública. Tribunal de Contas. Mandado de segurança (individual e coletivo). Mandado de Injunção. Ação popular. Ação civil pública.*

EXAMINADORA: CECÍLIA NOGUEIRA GUIMARÃES BARRETO

PERGUNTA: É possível determinada pessoa jurídica ajuizar execução contra um idoso e pedir prioridade na tramitação do feito? Qual o requisito para o exercício desse direito?

*** RESPOSTA PADRÃO**

É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

- a) Não, só a pessoa idosa é a parte legítima para requerer a prioridade de tramitação do processo, porque só pode ser arguida em seu benefício. (3,5 pontos)
- b) A pessoa física idosa é a parte legítima para requerer por petição a prioridade de tramitação do processo, devendo, para tanto, fazer prova da sua idade pelo documento civil. (3,5 pontos)
(arts. 71 da Lei nº 10.471/2003 e art. 1.048 do CPC/2015).

** Nota máxima no critério "domínio do conteúdo jurídico": 7,0 (sete)*



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS



DIA 23/05/2023

() Manhã (x) Tarde.

PONTO SORTEADO: 05 5.1 Consumidor. A proteção e defesa do consumidor na Constituição Federal de 1988. Política Nacional de Relações de Consumo. Direitos básicos do consumidor. Prevenção e reparação de danos. Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Proteção contratual. Defesa do consumidor em juízo. Ações coletivas. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor 5.2 Infância e Juventude: Procedimentos e recursos. Trabalho infantil. Atuação conjunta com o MPT (Recomendação CNMP nº 90/2019). Crimes e infrações administrativas. Acesso à justiça. Ministério Público 5.3 Improbidade administrativa. Proteção ao patrimônio público e social. Processo Administrativo. Responsabilidade fiscal. Responsabilidade civil por dano moral coletivo e difuso e dano social. Orçamento público.

EXAMINADORA: CECÍLIA NOGUEIRA GUIMARÃES BARRETO

PERGUNTA: É lícita a campanha publicitária direcionada ao público infanto-juvenil, na qual se incentivam crianças a trocarem os selos impressos nas embalagens de produtos da empresa de gênero alimentício por brinquedos, mediante o pagamento simbólico? Justifique legal e jurisprudencialmente.

RESPOSTA PADRÃO

É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

Existem duas espécies de publicidade ilícita:



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

- a) publicidade enganosa: é aquela que viola o dever de veracidade e clareza estabelecidos pelo CDC. Está conceituada nos §§ 1º e 3º do art. 37 do CDC, que veremos mais abaixo. (2.00 ponto)
- b) publicidade abusiva: é aquela que viola valores ou bens jurídicos considerados socialmente relevantes (tais como meio ambiente, segurança e integridade dos consumidores), assim como a que se caracteriza pelo apelo indevido a vulnerabilidade agravada de determinados consumidores, como crianças e idosos. § 2º do art. 37 do CDC (2.00 ponto)
- c) Citar juri do STJ 2ª Turma. REsp 1.613.561-SP, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 25/04/2017 (Info 679). (1.00 ponto). É abusiva a publicidade de alimentos direcionada, de forma explícita ou implícita, ao público infantil (3.00 pontos)

** Nota máxima no critério "domínio do conteúdo jurídico": 7,0 (sete)*



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

DIA 24/05/2023

(x) Manhã () Tarde.

PONTO SORTEADO 03: *Conteúdo: 3.1 Igualdade racial 3.2 Infância e Juventude: Criança e Adolescente. Acesso à Justiça. Princípios gerais. Competência. Representação processual. Serviços auxiliares. Direito ao atendimento inicial e integrado (Recomendação CNJ nº 87/2021). 3.3. Ação civil pública. Conceito e objeto. Tutela principal e provisória. Interesse de agir. Legitimação ativa e passiva. Litisconsórcio e assistência. Atuação do Ministério Público. Competência.*

EXAMINADORA: CECÍLIA NOGUEIRA GUIMARÃES BARRETO

Faça uma abordagem acerca do princípio da igualdade sob a nova luz do reconhecimento.

RESPOSTA PADRÃO

É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

a) **Tipos de igualdade:** igualdade se expressa em três dimensões: a) a igualdade formal (igualdade perante a lei); b) a igualdade material (igualdade na lei); c) a igualdade como reconhecimento (cultural). (1,0 ponto)

b) Conceito de igualdade por reconhecimento é um **desdobramento da igualdade material**, pois se trata da percepção que a desigualdade material não é apenas econômica, reproduz-se também no **campo da cultura, das práticas simbólicas**.



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

No ordenamento jurídico brasileiro, pode-se afirmar que a igualdade como reconhecimento encontra-se **prevista no art. 3º, IV, da CF/88**, que determina que um dos objetivos fundamentais da República é o de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”

A igualdade como reconhecimento **significa o respeito que se deve ter para com as minorias, sua identidade e suas diferenças, sejam raciais, religiosas, sexuais ou quaisquer outras**. A injustiça a ser combatida nesse caso tem natureza cultural ou simbólica.

Quando indivíduos são tratados como inferiores, **quando práticas culturais ou institucionais os diminuem**, além de sofrer com isso, esses próprios indivíduos acabam por se reconhecer como inferiores. Nesse sentido, a ideia do reconhecimento pressupõe a construção intersubjetiva da identidade, pressupõe esse dado, que é óbvio no campo da psicologia e da sociologia, de que precisamos do respeito do outro, do reconhecimento do outro a respeito de nossa própria identidade. (3,0 pontos)

c)A ideia é de que a **igualdade** não se limita a um não fazer, a um não discriminar; ela envolve, muitas vezes, o **agir**. Às vezes, discriminar para favorecer. A ideia da **ação afirmativa** está ligada a isso. A igualdade como reconhecimento é fruto da **luta política de movimentos sociais como o movimento negro, movimento feminista e movimento LGBTI**. (1,0 ponto)



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

d) **Citar expressamente o caso Oportunidade em que o Supremo Tribunal Federal**, com fulcro no direito à igualdade como reconhecimento, confirmou a constitucionalidade da Lei nº. 12.990/2014, responsável pela implantação do **sistema de cotas para acesso a cargos e empregos públicos federais**.

Segundo o Min Barroso, “na questão da igualdade como reconhecimento, ela identifica a igualdade no que se refere ao respeito às minorias e ao tratamento da diferença de uma maneira geral. Assim, igualdade como reconhecimento significa **respeitar as pessoas nas suas diferenças**, mas procurar **aproximá-las, igualando as oportunidades** (STF, **ADC 41**, Relator: Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 08/06/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-180 DIVULG 16-08-2017 PUBLIC 17-08-2017).

Outro exemplo dessa ideia do reconhecimento é comumente invocada nos casos em que há normas ou práticas institucionais que têm um impacto simbólico muito negativo sobre pessoas pertencentes a grupos não hegemônicos, como o paradigmático precedente sobre a união homoafetiva (2,0 pontos)

** Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)*



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

DIA 24/05/2023

() Manhã (x) Tarde.

PONTO SORTEADO 02: 2.1 Idoso. 2.2 Inquérito civil. Natureza. Finalidade. Princípios. Instauração. Poderes instrutórios. 2.3 Patrimônio Público: Controle da Administração Pública. Tribunal de Contas. Mandado de segurança (individual e coletivo). Mandado de Injunção. Ação popular. Ação civil pública.

EXAMINADORA: CECÍLIA NOGUEIRA GUIMARÃES BARRETO

PERGUNTA: O que é etarismo e quando ocorre? Fundamente segundo o Estatuto da Pessoa Idosa.

RESPOSTA PADRÃO

É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

- a) Etarismo consiste no preconceito, na intolerância, na discriminação contra pessoas com idade avançada, impedindo ou dificultando seu acesso, desdenhando, humilhando ou menosprezando (2,5 pontos)
- b) Fundamentos legais de quando ocorre, fatos previstos como crime, impedindo ou dificultando o acesso da pessoa idosa:
 - b1) nas operações bancárias (1,5 ponto)
 - b2) nos meios de transporte (1,5 ponto)
 - b3) ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade (1,5 ponto).

** Nota máxima no critério "domínio do conteúdo jurídico": 7,0 (sete)*

XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Difusos

DIA 25/05/2023

(x) Manhã () Tarde.

PONTO SORTEADO: 02

Conteúdo: 2.1 Idoso. 2.2 Inquérito civil. Natureza. Finalidade. Princípios. Instauração. Poderes instrutórios. 2.3 Patrimônio Público: Controle da Administração Pública. Tribunal de Contas. Mandado de segurança (individual e coletivo). Mandado de Injunção. Ação popular. Ação civil pública.

PERGUNTA do EXAMINADOR: FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA GÓIS – PESSOA IDOSA

PERGUNTA: Aos crimes previstos no Estatuto da Pessoa Idosa se aplica a Lei dos Juizados Especiais, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 (quatro) anos? Fundamente na jurisprudência dos tribunais superiores.

RESPOSTA PADRÃO É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

- a) Aplicação apenas do procedimento sumaríssimo previsto na Lei n. 9.099/95: benefício do *idoso* com a celeridade processual. (2,5 pontos)
- b) Impossibilidade de aplicação de quaisquer medidas despenalizadoras e de interpretação benéfica ao autor do crime. (2,5 pontos)
- c) Citar a ADI 3096/DF-DISTRITO FEDERAL AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA Julgamento: 16/06/2010 Publicação: 03/09/2010 Órgão julgador: Tribunal Pleno (2,0 pontos) EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ARTIGOS 39 E 94 DA LEI 10.741/2003 (ESTATUTO DO IDOSO). RESTRIÇÃO À GRATUIDADE DO TRANSPORTE COLETIVO. SERVIÇOS DE TRANSPORTE SELETIVOS E ESPECIAIS. APLICABILIDADE DOS PROCEDIMENTOS PREVISTOS NA LEI 9.099/1995 AOS CRIMES COMETIDOS CONTRA IDOSOS. (2,0 pontos)

** Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)*



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

DIA 26/05/2023

(x) Manhã () Tarde.

PONTO SORTEADO: 01 1.1 *Pessoa com deficiência.* 1.2 *Infância e Juventude: Criança e Adolescente. Princípios e direitos fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente. Entidades de atendimento. Medidas de proteção. Prática de ato infracional. Socioeducação. Medidas pertinentes aos pais ou responsável. Conselho tutelar. Processo Eleitoral.* 1.3. *Ação civil pública. Multa diária e outras cominações. Liminar. Recursos. Coisa julgada. Cumprimento da sentença e fundo para reconstituição dos bens lesados..*

EXAMINADORA: CECÍLIA NOGUEIRA GUIMARÃES BARRETO

PERGUNTA: Faça uma abordagem legal (mais ampla possível) e jurisprudencial sobre o direito educacional de uma criança de 4 anos de idade, com transtorno de espectro autista, grau médio, em que a escola de ensino regular cobra valor adicional em sua matrícula e mensalidade para arcar com os custos da sala de recursos.

*** RESPOSTA PADRÃO**

É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

- a) A educação visa o **pleno desenvolvimento da pessoa para o exercício da cidadania e preparo para o trabalho.** A **Constituição Federal também determina atendimento educacional especializado** às pessoas com deficiência, realizado preferencialmente na rede regular de ensino, tanto na rede pública quanto na particular. (Art. 205 e 208 CF) (1,0 ponto)
- b) É dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de **atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades,** preferencialmente na rede



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

regular de ensino (art. 4º, III da Lei de Diretrizes e Bases– LDB, n 9394/1996) (1,0 ponto)

c) A oferta de **educação especial tem início na educação infantil** e estende-se ao longo da vida (art, 58 § 3º, da Lei de Diretrizes e Bases– LDB, n 9394/1996) (1,0 ponto).

d) Além disso para as **entidades escolares privadas, a Lei de Inclusão Brasileira da PcD prever em seu art. art. 28, § 1º que as instituições privadas, de qualquer nível e modalidade de ensino, aplica-se obrigatoriamente o disposto nos incisos, II do caput do artigo** (aprimoramento dos sistemas educacionais, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena), sendo **vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas** no cumprimento dessas determinações. (art. 28, II, cc § 1º da Lei n.º13146/2015) e o microssistema de tutela educacional segundo o ECA (2,0 pontos).

e) **Instituições de ensino, públicas e particulares, não podem recusar a matrícula** dos estudantes pautadas na deficiência. A negativa de matrícula é crime, conforme o artigo 8º da Lei 7.853/1989. Sendo assim, é importante que seja registrado um **boletim de ocorrência**. Para assegurar o direito do estudante que teve sua matrícula negada. (1,0 ponto)

f) **Juris STF** São constitucionais o art. 28, § 1º e o art. 30 da Lei nº 13.146/2015, que determinam que as escolas privadas ofereçam atendimento educacional adequado e inclusivo às pessoas com



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

deficiência sem que possam cobrar valores adicionais de qualquer natureza em suas mensalidades, anuidades e matrículas para cumprimento dessa obrigação. STF. Plenário. **ADI 5357** MC-Referendo/DF, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 9/6/2016 (Info 829) . (1,0 ponto)

** Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)*



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

DIA 26/05/2023

() Manhã (x) Tarde.

PONTO 03. 3.1 Igualdade racial 3.2 Infância e Juventude: Criança e Adolescente. Acesso à Justiça. Princípios gerais. Competência. Representação processual. Serviços auxiliares. Direito ao atendimento inicial e integrado (Recomendação CNJ nº 87/2021). 3.3. Ação civil pública. Conceito e objeto. Tutela principal e provisória. Interesse de agir. Legitimação ativa e passiva. Litisconsórcio e assistência. Atuação do Ministério Público. Competência.

EXAMINADORA: CECÍLIA NOGUEIRA GUIMARÃES BARRETO

PERGUNTA: Na Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, como e em que momento os Estados Partes demonstram ao Comitê o cumprimento do compromisso de eliminar a discriminação racial e promover a igualdade? Fundamente.

RESPOSTA PADRÃO

É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

a) Informando o Comitê internacional através da entrega de relatório sobre as medidas legislativas, judiciárias, administrativas ou outras que tomarem para tornarem efetivas as disposições da Convenção nos seguintes prazos: (4 ,0 pontos)

b) dentro do prazo de um ano a partir da entrada em vigor da Convenção; a cada dois anos, posteriormente ou toda vez que o Comitê o solicitar. (3 ,0 pontos)

Artigo XI, da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. (DECRETO nº 65.810, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1969)

Nota máxima no critério "domínio do conteúdo jurídico": 7,0 (sete)

XI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE
CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA

DISCIPLINA – Direito Difusos

DIA 25/05/2023

() Manhã (x) Tarde.

PONTO SORTEADO: 04

Conteúdo: PONTO 04. 4.1 Pessoas LGBTQIA 4.2. Inquérito civil. Termo de ajustamento de conduta. Arquivamento e Desarquivamento. Controle. Recursos. Recomendações. 4.3 Meio Ambiente e Urbanismo. Bem jurídico ambiental. Direito do Ambiente: conceito, princípios, objeto, instrumentos legais. Tutela constitucional do ambiente. Política Nacional do Meio Ambiente. Espaços ambientalmente protegidos. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Tutela administrativa do ambiente: poder de polícia, competência, licenciamento, responsabilidade administrativa. Tutela e responsabilidade civil do ambiente. Participação popular na proteção do ambiente. Legislação ambiental, de parcelamento do solo e da cidade.

PERGUNTA do EXAMINADOR: FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA GÓIS – LGBTQIAP+

PERGUNTA: Alguém que "praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito" em razão da orientação sexual da pessoa poderá ser processado criminalmente? Qual a capitulação? Faça a bordagem jurisprudencial sobre o tema.

RESPOSTA PADRÃO:

É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

- a) **Inexistência de lei específica** para reprimir condutas homofóbicas e transfóbicas;; (2 pontos)
- b) Até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da República, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo,

compreendido este em sua dimensão social, **ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei nº 7.716, de 08.01.1989, constituindo, também, na hipótese de homicídio doloso, circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe** (Código Penal, art. 121, § 2º, I, “in fine”); (3 pontos)

c) **Houve julgado no STF. Plenário. ADO 26/DF, Rel. Min. Celso de Mello; MI 4733/DF, Rel. Min. Edson Fachin, julgados em 13/6/2019 (Info 944).** (2 pontos)

** Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)*



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

DIA 29/05/2023

(x) Manhã () Tarde.

PONTO 03. 3.1 Igualdade racial 3.2 Infância e Juventude: Criança e Adolescente. Acesso à Justiça. Princípios gerais. Competência. Representação processual. Serviços auxiliares. Direito ao atendimento inicial e integrado (Recomendação CNJ nº 87/2021). 3.3. Ação civil pública. Conceito e objeto. Tutela principal e provisória. Interesse de agir. Legitimação ativa e passiva. Litisconsórcio e assistência. Atuação do Ministério Público. Competência.

EXAMINADORA: CECÍLIA NOGUEIRA GUIMARÃES BARRETO

PERGUNTA: O que é racismo recreativo, institucional, reverso e ambiental? Exemplifique.

RESPOSTA PADRÃO:

É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

a) **Racismo recreativo.** É o racismo presente no entretenimento, geralmente **associado ao humor**. Trata-se de expressões de racismo que tendem a ser desvalorizadas pela sociedade porque são feitas ou ditas em momentos de descontração e divertimento. Está associado a shows de humor, programas de tv e filmes racistas ou uma contação de piadas entre colegas. **Constitui agravante, após a Lei nº 14.532/2023** (1,75 ponto).

b) **Racismo institucional.** É quando o racismo é institucionalizado e **faz parte das medidas do estado, de uma empresa ou outros tipos de organização**. Ex: Os casos de racismo institucional mais conhecidos foram implementados pelo regime nazista na Alemanha, que resultou no assassinato de milhões de judeus pelo



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

estado (**holocausto**), e a segregação racial nos Estados Unidos e na África do Sul (**apartheid**). (1,75 ponto)

c) **Racismo reverso**: Duramente criticado no Brasil, tendo em vista a envergadura da luta antirracista, não somos todos iguais. A maioria se sente discriminando, a sociedade não aceita os defeitos, dores e incapacidades, comuns a todos os seres humanos, quando os identificam em pessoas negras. **Ex: Pessoas brancas entenderem que estão sendo discriminadas numa política pública, em que a lei elege o critério racial como desempate.** Há um **problema de inconveniência**, porque a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância (adotada pelo Brasil e recentemente promulgada pelo Decreto 10.932/2022) não agasalha essa redução de proteção aos cidadãos que fazem parte das maiorias, como os brancos. Essa redução, trazida pelo artigo 20-C, da Lei, vai contra o referido tratado. (1,75 ponto)

d) **Racismo ecológico ou ambiental**: Esse tipo de racismo acontece quando um grupo marginalizado tem o **acesso ou a manutenção de um ambiente saudável negado ou negligenciado, pela cor ou etnia.** Por exemplo: locais onde a população é predominantemente indígena ou negra, como comunidades indígenas e quilombolas, e por isso sofrem com a poluição do ambiente por terceiros ou **com a descredibilização do seu direito a terra.** Nas cidades, a população periférica, de maioria negra, que não recebe a mesma atenção do estado, quando comparada com as áreas centrais (1,75 ponto)



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

Fonte:

ALMEIDA, S. Racismo estrutural. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

MOREIRA, Adilson. "O que é Racismo Recreativo?". Coleção Feminismos Plurais, 201

* Nota máxima no critério "domínio do conteúdo jurídico": 7,0 (sete)



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

DIA 29/05/2023

() Manhã (x) Tarde.

PONTO 04. 4.1Pessoas LGBTQIA 4.2.Inquérito civil. Termo de ajustamento de conduta.Arquivamento e Desarquivamento. Controle. Recursos. Recomendações. 4.3.Meio Ambiente e Urbanismo. Bem jurídico ambiental. Direito do Ambiente: conceito, princípios, objeto, instrumentos legais. Tutela constitucional do ambiente. Política Nacional do Meio Ambiente. Espaços ambientalmente protegidos. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Tutela administrativa do ambiente: poder de polícia, competência, licenciamento, responsabilidade administrativa. Tutela e responsabilidade civil do ambiente. Participação popular na proteção do ambiente. Legislação ambiental, de parcelamento do solo e da cidade..

EXAMINADORA: CECÍLIA NOGUEIRA GUIMARÃES BARRETO

PERGUNTA: Qual a diferença entre sexo, gênero e identidade de gênero? Qual a importância de ordem prática desses conceitos nos julgamentos judiciais e na atuação do Ministério Público?

RESPOSTA PADRÃO

É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

- a) Os conceitos estão presentes do “Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero”, aprovado na Recomendação nº 128, de 15 de fevereiro de 2022, do Conselho Nacional de Justiça. (1,0 ponto)
- b) O conceito de sexo está relacionado aos aspectos biológicos que servem como base para a classificação de indivíduos entre machos, fêmeas e intersexuais. Em nossa sociedade, seres humanos são divididos nessas categorias – em geral, ao nascer – a partir de determinadas características anatômicas, como órgãos sexuais e reprodutivos, hormônios e cromossomos (1,0 ponto)



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

c) Utilizamos a palavra gênero quando queremos tratar do conjunto de características socialmente atribuídas aos diferentes sexos. Enquanto o sexo se refere à biologia, o gênero se refere à cultura. (1,0 ponto)

c) A identidade de gênero consiste na identificação com características socialmente atribuídas a determinado gênero – mesmo que de forma não alinhada com o sexo biológico de um indivíduo (pessoas cujo sexo e gênero se alinham. São chamadas cisgênero; pessoas cujo sexo e gênero divergem, são chamadas transgênero; existem também pessoas que não se identificam com nenhum gênero. (1,0 ponto)

d) o Conselho Nacional de Justiça, art. 4º da Resolução nº 348 de 13/10/2020, alterada pela Resolução n. 366, de 20 de janeiro de 20215, difere identidade de gênero de sexo biológico, assim como da noção de orientação sexual, importa atentar que a Resolução se pauta pela autodeclaração e constitui um instrumento fundamental de referência nas audiências de custódia, têm o direito de ser tratadas pelo nome social. (1.0 ponto)

e) CNMP RECOMENDAÇÃO Nº 96, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2023 (não obrigatório). Recomenda aos ramos e às unidades do Ministério Público a observância dos tratados, convenções e protocolos internacionais de direitos humanos, das recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. (1.00 ponto)



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

f) O Ministério Público, respeitada a independência funcional, deve promover o controle de convencionalidade das normas e práticas internas, art. 3º, da RECOMENDAÇÃO Nº 96 do CNMP; (1.00 ponto)

** Nota máxima no critério "domínio do conteúdo jurídico": 7,0 (sete)*



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

DIA 30/05/2023

(x) Manhã () Tarde.

PONTO SORTEADO: 02 *2.1 Idoso. 2.2 Inquérito civil. Natureza. Finalidade. Princípios. Instauração. Poderes instrutórios. 2.3 Patrimônio Público: Controle da Administração Pública. Tribunal de Contas. Mandado de segurança (individual e coletivo). Mandado de Injunção. Ação popular. Ação civil pública.*

EXAMINADORA: CECÍLIA NOGUEIRA GUIMARÃES BARRETO

PERGUNTA: Quais as medidas protetivas previstas no Estatuto da Pessoa Idosa em que o Ministério Público possa requerer? Essas medidas protetivas podem ser concedidas de ofício pelo magistrado?

RESPOSTA PADRÃO

É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

- a) Encaminhamento à família ou curador, mediante termo de responsabilidade; (1 ponto)
- b) Orientação, apoio e acompanhamento temporários; (1 ponto)
- c) Requisição para tratamento de sua saúde, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar; (1 ponto)
- d) Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, à própria pessoa idosa ou à pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação; (1 ponto)
- e) Abrigo em entidade; (1 ponto)
- f) Abrigo temporário; (1 ponto)
- g) Em regra não, a lei prevê que quando verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 43, o Poder Judiciário, a requerimento



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

do MP, poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas (arts. 45 da Lei n.º10741/2003). O candidato pode dar interpretação sistemática se se levar em conta o art. 24 da Lei Maria da Penha e 297 do CPC, em certas circunstâncias. (1 ponto)

** Nota máxima no critério "domínio do conteúdo jurídico": 7,0 (sete)*



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

DIA 30/05/2023

() Manhã (x) Tarde.

PONTO SORTEADO: 01 1.1 *Pessoa com deficiência.* 1.2 *Infância e Juventude: Criança e Adolescente. Princípios e direitos fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente. Entidades de atendimento. Medidas de proteção. Prática de ato infracional. Socioeducação. Medidas pertinentes aos pais ou responsável. Conselho tutelar. Processo Eleitoral.* 1.3. *Ação civil pública. Multa diária e outras cominações. Liminar. Recursos. Coisa julgada. Cumprimento da sentença e fundo para reconstituição dos bens lesados..*

EXAMINADORA: CECÍLIA NOGUEIRA GUIMARÃES BARRETO

PERGUNTA: Lei estadual prevê que candidato a concurso público com perda auditiva unilateral ou visão monocular, que se utilize de aparelho corretivo, não tem direito a concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência. Faça a análise do caso à luz do direito positivo e dos tribunais superiores.

*** RESPOSTA PADRÃO**

É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

a) **Conceito de PcD:** Art. 2º da Lei 10098/2000: pessoa com deficiência é aquela que tem **impedimento de longo prazo de natureza** física, mental, intelectual ou **sensorial**, o qual, **em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.** (1,0 ponto)

b) **Perda unilateral auditiva não é considerado surdez, para fins de classificação como PcD.** Hoje a legislação (Lei 7.853/89) define a deficiência auditiva como “perda bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma em frequências de



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

500 hz, 1.000 hz, 2.000 hz e 3.000 hz”. Ou seja, a perda auditiva unilateral, embora seja deficiência auditiva, ainda não se enquadra nesta definição, que assegura ao deficiente auditivo acesso aos direitos das PCDs. **Súmula 552, STJ. “o portador de surdez unilateral não se qualifica como pessoa com deficiência para o fim de disputar as vagas reservadas em concursos públicos”.**

Analisar o art. 2º, DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. Para os fins do decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. O presidente Jair Bolsonaro vetou o Projeto de Lei 1361/15, que garantia os direitos às pessoas que sofrem surdez total em apenas um dos ouvidos, chamada deficiência auditiva unilateral total. Hoje a legislação considera apenas a limitação bilateral (ambos os ouvidos) como deficiência auditiva.(2,0 pontos)

c) **Visão monocular tem direito a vaga de PcD**, por força da Lei Nº 14.126/2021 e da **Súmula 377 do STJ**: O portador de visão monocular tem direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas aos deficientes. (TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 22/04/2009, DJe 24/05/2013, DJe 05/05/2009) (2,0 pontos)

d) **STF - ADIn 4.388** - Tribunal Pleno - j. 3/3/2020 - v.u. - julgado por Rosa Maria Weber - DJe 12/3/2020 - Área do Direito:



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

Constitucional; Direitos Humanos. **É inconstitucional trecho de lei estadual que não considera deficiente quem se valer de métodos “corretivos” da deficiência**, ao dispor sobre a reserva de percentual de cargos e empregos públicos, pois não reflete a real averiguação de supressão de barreiras culturais, físicas e sociais à inclusão e à participação igualitária do portador de deficiência. (2,0 pontos)

** Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)*



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

DIA 31/05/2023

(x) Manhã () Tarde.

PONTO SORTEADO: 05 5.1 Consumidor. A proteção e defesa do consumidor na Constituição Federal de 1988. Política Nacional de Relações de Consumo. Direitos básicos do consumidor. Prevenção e reparação de danos. Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Proteção contratual. Defesa do consumidor em juízo. Ações coletivas. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor 5.2 Infância e Juventude: Procedimentos e recursos. Trabalho infantil. Atuação conjunta com o MPT (Recomendação CNMP nº 90/2019). Crimes e infrações administrativas. Acesso à justiça. Ministério Público 5.3 Improbidade administrativa. Proteção ao patrimônio público e social. Processo Administrativo. Responsabilidade fiscal. Responsabilidade civil por dano moral coletivo e difuso e dano social. Orçamento público.

EXAMINADORA: CECÍLIA NOGUEIRA GUIMARÃES BARRETO

PERGUNTA: Faça a análise legal e jurisprudencial do caso. Uma criança se acidentou ao tentar fugir da colisão com a porta do caminhão de uma famosa distribuidora de cervejas, fabricadas pela empresa Brasil Indústria de Bebidas Ltda., que transitava na via com as portas abertas. Ao desviar da porta, a criança caiu sobre garrafas de cerveja quebradas que haviam sido deixadas na calçada cinco dias antes pela mesma distribuidora. Ela sofreu cortes graves no pescoço e outras lesões leves. A quem cabe a responsabilidade pelos danos?

RESPOSTA PADRÃO

É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

a) A Lei 8.078/1990 (CDC) que trata das relações de consumo no mercado brasileiro, prevê possibilidades ampliadas de reconhecimento da figura do consumidor, a exemplo dos chamados consumidores por equiparação, ou *bystanders*. Art. 17, CDC. Para os efeitos desta Seção, equiparam-se aos consumidores todas as vítimas do evento. (2,00 pontos).



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

b) A jurisprudência do STJ é clara no sentido de que “a responsabilidade de todos os integrantes da cadeia de fornecimento é objetiva e solidária, nos termos dos artigos 7º, parágrafo único, 20 e 25 do CDC”, sendo “impossível afastar a legislação consumerista” e a equiparação da criança a consumidor, visto que “o CDC amplia o conceito de consumidor para abranger qualquer vítima, mesmo que nunca tenha contratado ou mantido qualquer relação com o fornecedor”. Condenação solidária da fabricante e da distribuidora ao pagamento de danos morais (3,00 pontos).

c) Incidência (teoria menor da desconsideração no consumidor) se justifica pelo mero fato de a personalidade jurídica representar um obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores, nos termos do § 5º do art. 28 do CDC. (1, 00 ponto)

d) Pode ser citado qualquer precedente sobre consumidor por equiparação, principalmente o caso julgado em que teve como vítima uma criança que se acidentou ao tentar fugir da colisão com a porta do caminhão de uma distribuidora de cervejas Schincariol, fabricadas pela empresa Brasil Kirin Indústria de Bebidas Ltda., que transitava na via com as portas abertas CDC. STJ Terceira Turma no julgamento do REsp 1.574.784, (1,0 ponto)

** Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete);*



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

DIA 31/05/2023

() Manhã (x) Tarde.

PONTO SORTEADO: 05 5.1 Consumidor. A proteção e defesa do consumidor na Constituição Federal de 1988. Política Nacional de Relações de Consumo. Direitos básicos do consumidor. Prevenção e reparação de danos. Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Proteção contratual. Defesa do consumidor em juízo. Ações coletivas. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor 5.2 Infância e Juventude: Procedimentos e recursos. Trabalho infantil. Atuação conjunta com o MPT (Recomendação CNMP nº 90/2019). Crimes e infrações administrativas. Acesso à justiça. Ministério Público 5.3 Improbidade administrativa. Proteção ao patrimônio público e social. Processo Administrativo. Responsabilidade fiscal. Responsabilidade civil por dano moral coletivo e difuso e dano social. Orçamento público.

EXAMINADORA: EUZA MARIA GENTIL MISSANO COSTA

PERGUNTA: Discorra o candidato sobre responsabilidade pelo fato do produto e responsabilidade sobre vício do produto no Código de Defesa do Consumidor, exemplificando hipótese de responsabilidade supletória do comerciante pelo fato do produto.

RESPOSTA PADRÃO

É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

- a) O Candidato deverá fazer a distinção entre vício e defeito do produto. (1,0)
- b) O Candidato deverá discorrer sobre a responsabilidade do fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador, em responderem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos.

Deve também discorrer sobre a responsabilidade dos fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas. (3,5 pontos)

c) O candidato deverá exemplificar hipóteses de responsabilidade supletória do comerciante, pelo fato do produto, artigo 13 e incisos do CDC. Exemplos: O comerciante é igualmente responsável pelo defeito do produto quando o fabricante, construtor, produtor ou importador não puderem ser identificados; quando o produto for ofertado sem identificação clara do fabricante, produtor, construtor ou importador ou quando não conservar adequadamente os produtos perecíveis. (2,5 pontos)

** Nota máxima no critério "domínio do conteúdo jurídico": 7,0 (sete)*



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

DIA 01/06/2023

(x) Manhã () Tarde.

PONTO SORTEADO: 01 1.1 *Pessoa com deficiência. 1.2 Infância e Juventude: Criança e Adolescente. Princípios e direitos fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente. Entidades de atendimento. Medidas de proteção. Prática de ato infracional. Socioeducação. Medidas pertinentes aos pais ou responsável. Conselho tutelar. Processo Eleitoral. 1.3. Ação civil pública. Multa diária e outras cominações. Liminar. Recursos. Coisa julgada. Cumprimento da sentença e fundo para reconstituição dos bens lesados..*

EXAMINADORA: CECÍLIA NOGUEIRA GUIMARÃES BARRETO

PERGUNTA: Um nosocômio público pode negar a um paciente com deficiência, o direito ao internamento para uma cirurgia com acompanhante? Explique as repercussões legais do tema de forma ampla.

PADRÃO DE RESPOSTA

- a) Em regra o hospital deve priorizar o direito a acompanhante ou a atendente pessoal, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência em tempo integral. (art. 22 da Lei n.º 13.146/2015) (3,0 pontos).
- b) Há exceção, quando o profissional de saúde responsável pelo tratamento justificar por escrito suas razões, devendo adotar as providências cabíveis para suprir a ausência do acompanhante ou do atendente pessoal. Há, por exemplo, casos extremos que podem inviabilizar a presença do acompanhante, mas isso deve ser justificado por escrito, pelo médico responsável. Exemplo disso são as internações de pacientes com COVID-19. Muitos hospitais proibiram acompanhamento hospitalar, na pandemia, em razão do alto risco de infecção dentro do ambiente e como medida para controlar o avanço da doença. Se não houver justificativa, a



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

proibição do acompanhante é abusiva e ilegal. (art. 22, § § 1º e 2º, da Lei n. 13.146/2015). (2,0 pontos)

c) A negativa de internação é crime, conforme o artigo 8º da Lei 7.853/1989, IV - recusar, retardar ou dificultar internação ou deixar de prestar assistência médico-hospitalar e ambulatorial à pessoa com deficiência (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015). (2,0 pontos)

** Nota máxima no critério "domínio do conteúdo jurídico": 7,0 (sete)*



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

DIA 01/06/2023

() Manhã (x) Tarde.

PONTO SORTEADO: 05 5.1 Consumidor. A proteção e defesa do consumidor na Constituição Federal de 1988. Política Nacional de Relações de Consumo. Direitos básicos do consumidor. Prevenção e reparação de danos. Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Proteção contratual. Defesa do consumidor em juízo. Ações coletivas. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor 5.2 Infância e Juventude: Procedimentos e recursos. Trabalho infantil. Atuação conjunta com o MPT (Recomendação CNMP nº 90/2019). Crimes e infrações administrativas. Acesso à justiça. Ministério Público 5.3 Improbidade administrativa. Proteção ao patrimônio público e social. Processo Administrativo. Responsabilidade fiscal. Responsabilidade civil por dano moral coletivo e difuso e dano social. Orçamento público.

EXAMINADORA: CECÍLIA NOGUEIRA GUIMARÃES BARRETO

PERGUNTA: O shopping center e a empresa administradora do estacionamento são responsáveis por indenizar o consumidor vítima de roubo à mão armada ocorrido na cancela para ingresso ao estacionamento, ainda em via pública? Fundamente legal e jurisprudencialmente.

RESPOSTA PADRÃO

É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

a) **Sim, pela teoria do risco proveito.** Não é possível, nesta situação, alegar caso fortuito externo para excluir o dever de indenizar **responsabilidade objetiva solidária** por fato do produto ou do serviço (art. 14 do CDC), ainda assim é **necessário que se comprove o nexo causal.** (1,50 ponto)

b) Houve **defeito na prestação do serviço** (art. 12 do CDC) ao exigir do consumidor determinada conduta para que usufrua do serviço prestado pela fornecedora, colocando-o em **vulnerabilidade não só**



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

jurídica, mas sobretudo fática, ainda que momentaneamente, sendo o fornecedor obrigado a indenizá-lo. (1,50 ponto)

c) Na hipótese ao se exigir do consumidor determinada conduta para que usufrua do serviço prestado pela fornecedora, colocando-o em vulnerabilidade não só jurídica, mas sobretudo fática, ainda que momentaneamente, houve falha na prestação do serviço e será o fornecedor obrigado a indenizar. Nessa linha de raciocínio, **quando o consumidor, com a finalidade de ingressar no estacionamento de shopping center, tem de reduzir a velocidade ou até mesmo parar seu veículo e se submeter à cancela – barreira física imposta pelo fornecedor e em seu benefício – incide a proteção consumerista, ainda que o consumidor não tenha ultrapassado referido obstáculo** e mesmo que este esteja localizado na via pública. Nessa hipótese, o consumidor se encontra, de fato, na área de prestação do serviço oferecido pelo estabelecimento comercial. Por conseguinte, também nessa área incidem os deveres inerentes às relações consumeristas e ao fornecimento de segurança indispensável que se espera dos estacionamentos de shoppings centers. (3,00 pontos)

d) Citar que já houve decisão STJ sobre o caso. 3ª Turma. REsp 2031816-RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 14/3/2023 (Info 767). (1.00 ponto)

** Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)*



**XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO
CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS**

DIA 02/06/2023

(x) Manhã () Tarde.

PONTO SORTEADO: 05

Conteúdo: 5.1 Consumidor. A proteção e defesa do consumidor na Constituição Federal de 1988. Política Nacional de Relações de Consumo. Direitos básicos do consumidor. Prevenção e reparação de danos. Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Proteção contratual. Defesa do consumidor em juízo. Ações coletivas. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor 5.2 Infância e Juventude: Procedimentos e recursos. Trabalho infantil. Atuação conjunta com o MPT (Recomendação CNMP nº 90/2019). Crimes e infrações administrativas. Acesso à justiça. Ministério Público 5.3 Improbidade administrativa. Proteção ao patrimônio público e social. Processo Administrativo. Responsabilidade fiscal. Responsabilidade civil por dano moral coletivo e difuso e dano social. Orçamento público.

EXAMINADOR: CECÍLIA NOGUEIRA GUIMARÃES BARRETO

PERGUNTA: Explique a teoria da desconsideração da personalidade jurídica no ordenamento jurídico pátrio e sua aplicabilidade pelos Tribunais de Contas à luz da jurisprudência dos tribunais superiores.

RESPOSTA PADRÃO

É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

a) Explicar Teoria MAIOR : O Direito Civil brasileiro adotou, como regra geral, a chamada teoria maior da desconsideração. Isso porque o art. 50 exige que se prove o desvio de finalidade (teoria maior subjetiva) ou a confusão patrimonial (teoria maior objetiva). Deve-se provar: 1) Abuso da personalidade (desvio de finalidade ou confusão patrimonial); 2) Que os administradores ou sócios da pessoa jurídica foram beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso (novo requisito trazido pela Lei nº 13.874/2019). Adotada pelo art. 50 do CC. (1,5 ponto)



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

b) Explicar Teoria MENOR: No Direito do Consumidor e no Direito Ambiental, adotou-se a teoria menor da desconsideração. Isso porque, para que haja a desconsideração da personalidade jurídica nas relações jurídicas envolvendo consumo ou responsabilidade civil ambiental não se exige desvio de finalidade nem confusão patrimonial. Prevista no art. 4º da Lei nº 9.605/98 (Lei Ambiental) e no art. 28, § 5º do CDC. (1,5 ponto)

c) O Supremo Tribunal Federal, em outubro de 2022, concluiu o julgamento do Mandado de Segurança nº 35.506/DF. O Acórdão proferido tem implicações relevantes na interpretação e no alcance das atribuições constitucionais do sistema de controle externo brasileiro. A decisão do Supremo confirmou as competências do Tribunal de Contas da União para determinar, cautelarmente, a indisponibilidade de bens, bem como proceder à desconsideração da personalidade jurídica das empresas, responsabilizando, diretamente sócios e administradores no intuito de coibir o abuso de direito, práticas fraudulentas e garantir a recomposição do erário. (1,5 pontos).

d) Sem previsão expressa na Constituição, se baseia na teoria dos Poderes Implícitos, segundo a qual os órgãos estatais podem dispor de atribuições instrumentais que assegurem o pleno exercício de seus objetivos constitucionais, ainda que estas não estejam positivadas no ordenamento jurídicos. A doutrina especializada indica que ao descortinar o véu da figura empresarial para censurar seus gestores e sócios, os Tribunais de Contas devem observar algumas condicionantes. Em primeiro lugar, requer-se prova inequívoca do desvio de finalidade ou abuso de direito da pessoa jurídica, e, em segundo, cabe observar o contraditório e a ampla defesa, ainda que em momento diferido. Por fim, necessário atender o princípio da intranscendência de modo que a responsabilização recaia somente sobre os



**XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO
CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS**

sócios e gestores faltosos ao imunizar aqueles que não concorreram para as práticas lesivas. (1,5 pontos)

e) Citar STJ. 3ª Turma. REsp 1735004/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 26/06/2018. (1.00 ponto)

** Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)*



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO
CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

DIA 02/06/2023

() Manhã (X) Tarde.

PONTO 03. 3.1 Igualdade racial 3.2 Infância e Juventude: Criança e Adolescente. Acesso à Justiça. Princípios gerais. Competência. Representação processual. Serviços auxiliares. Direito ao atendimento inicial e integrado (Recomendação CNJ nº 87/2021). 3.3. Ação civil pública. Conceito e objeto. Tutela principal e provisória. Interesse de agir. Legitimação ativa e passiva. Litisconsórcio e assistência. Atuação do Ministério Público. Competência..

EXAMINADOR: CECÍLIA NOGUEIRA GUIMARÃES BARRETO

PERGUNTA: É obrigatória a reserva de cotas a pessoas negras em concurso público para provimento de duas vagas para emprego público, no âmbito da administração pública estadual, sem previsão de lei local? Quais os parâmetros (regras) utilizados pelo STF para preenchimento das vagas (cotistas)? Fundamente conforme a jurisprudência.

a) Conceito Racismo estrutural: a desequiparação promovida pela política de ação afirmativa em questão está em consonância com o princípio da isonomia. Ela se funda na necessidade de superar o racismo estrutural e institucional ainda existente na sociedade brasileira, e garantir a igualdade material entre os cidadãos, por meio da distribuição mais equitativa de bens sociais e da promoção do reconhecimento da população afrodescendente (0,5 ponto)

b) Em segundo lugar, abordar a ADPF 186, quando foi confirmada a constitucionalidade do sistema de cotas raciais para ingresso nas universidades públicas. (0,5 ponto)

c) Abordar a ADC 41 / DF o STF (MIN. ROBERTO BARROSO) repercussão geral, a tese de que “É constitucional a reserva de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública direta e indireta. É legítima a utilização, além da autodeclaração, de critérios subsidiários de heteroidentificação,



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

desde que respeitada a dignidade da pessoa humana e garantidos o contraditório e a ampla defesa. (1,0 ponto)

d) No entanto, vale lembrar que os concursos dos Municípios e Estados possuem como base a Lei n.º 8.112/90. É possível aplicar, de forma analógica, a Lei Federal nº 8.112/90 em face da falta de regulamentação específica sobre determinada questão na legislação própria do ente federativo. STJ. 2ª Turma. AgRg no REsp 1576667/SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 15/03/2016. (1,0 ponto)

e) Para aplicação dos sistemas de cotas a LEI Nº 12.990, DE 9 DE JUNHO DE 2014, art. 1º, § 1º aduz que a reserva de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público for igual ou superior a 3 (três). (2,0 pontos)

f) Regras ou parâmetros, Art. 3º, da LEI Nº 12.990, DE 9 DE JUNHO DE 2014 :
(i) os percentuais de reserva de vaga devem valer para todas as fases dos concursos; (ii) a reserva deve ser aplicada em todas as vagas oferecidas no concurso público (não apenas no edital de abertura); (iii) os concursos não podem fracionar as vagas de acordo com a especialização exigida para burlar a política de ação afirmativa, que só se aplica em concursos com mais de duas vagas; (iv) a ordem classificatória obtida a partir da aplicação dos critérios de alternância e proporcionalidade na nomeação dos candidatos aprovados deve produzir efeitos durante toda a carreira funcional do beneficiário da reserva de vagas. (2,0 pontos)

** Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)*



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

DIA 05/06/2023

(x) Manhã () Tarde.

PONTO SORTEADO: 05

Conteúdo: 5.1 Consumidor. A proteção e defesa do consumidor na Constituição Federal de 1988. Política Nacional de Relações de Consumo. Direitos básicos do consumidor. Prevenção e reparação de danos. Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Proteção contratual. Defesa do consumidor em juízo. Ações coletivas. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor 5.2 Infância e Juventude: Procedimentos e recursos. Trabalho infantil. Atuação conjunta com o MPT (Recomendação CNMP nº 90/2019). Crimes e infrações administrativas. Acesso à justiça. Ministério Público 5.3 Improbidade administrativa. Proteção ao patrimônio público e social. Processo Administrativo. Responsabilidade fiscal. Responsabilidade civil por dano moral coletivo e difuso e dano social. Orçamento público.

EXAMINADOR: FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA GÓIS

PERGUNTA: O Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ação civil pública em defesa de interesses e direitos individuais homogêneos pertencentes a consumidores decorrentes de contratos de cessão e concessão do uso de jazigos em cemitérios particulares? Justifique legal e jurisprudencialmente.

RESPOSTA PADRÃO

É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

- a) Sim, decorre da legitimação que, de forma genérica, dos arts. 127 e 129, III da CF/88 e, de modo específico, do art. 82, I do CDC prevê os interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum. (1,50 ponto)
- b) Cláusula constitucional dos interesses sociais (art. 127) nessa dimensão, não será difícil concluir que nela pode ser inserida a legitimação do Ministério Público para a defesa de 'direitos



XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO - PROVA ORAL- BANCA DIFUSOS

individuais homogêneos' dos consumidores, o que dá base de legitimidade ao art. 82, I da Lei nº 8.078/90 (...)” (3,00 pontos).

c) O candidato não precisa citar a nota técnica (NOTA TÉCNICA Nº 3/2020 – CMA, 21 DE MAIO DE 2020) que o CNMP, na época da pandemia expediu. Mas precisa desenvolver o raciocínio da motivação, referente à atuação dos membros do Ministério Público brasileiro para a prevenção de danos ambientais decorrentes da ampliação ou construção de cemitérios em face da elevada estimativa de mortos em razão da pandemia de Covid-19. (1,50 ponto)

d) Citar STJ (voto do falecido Min. Teori Zavascki no REsp 417.804/PR, DJ 16/05/2005) (1.00 ponto) a porque, para que haja a desconsideração da personalidade jurídica nas relações jurídicas envolvendo consumo ou responsabilidade civil ambiental não se exige desvio de finalidade nem confusão patrimonial. Prevista no art. 4º da Lei nº 9.605/98 (Lei Ambiental) e no art. 28, § 5º do CDC. (1,5 ponto)

** Nota máxima no critério “domínio do conteúdo jurídico”: 7,0 (sete)*

**XXI CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO
CARGO DE PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO**

**PROVA ORAL – PADRÃO DE RESPOSTA
DISCIPLINA – DIREITOS DIFUSOS – PESSOAS LGBTQIA+.**

DIA 05/06/2023

() Manhã (x) Tarde.

PONTO 04 Pessoas LGBTQIA+. Inquérito civil: Termo de ajustamento de conduta. Arquivamento e Desarquivamento. Controle. Recursos. Recomendações. Meio Ambiente e Urbanismo. Bem jurídico-ambiental. Direito do Ambiente: conceito, princípios, objeto, instrumentos legais. Tutela constitucional do ambiente. Política Nacional do Meio Ambiente. Espaços ambientalmente protegidos. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Tutela administrativa do ambiente: poder de polícia, competência, licenciamento, responsabilidade administrativa. Tutela e responsabilidade civil do ambiente. Participação popular na proteção do ambiente. Legislação ambiental, de parcelamento do solo e da cidade.

PERGUNTA do EXAMINADOR: FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA GÓIS – PESSOAS LGBTQIA+.

PERGUNTA: Chegou através da Ouvidoria do MPSE a reclamação de que na rede social aberta (Facebook) de uma empresa, com sede em determinada comarca, existe a veiculação de prática criminosa homofóbica. O que o Promotor de Justiça deve fazer judicialmente? Fundamente com base na jurisprudência.

RESPOSTA PADRÃO: É esperado que o(a) candidato(a) explique que:

a) Remeter para o MPF, pois compete à Justiça Federal o processamento do feito, conforme decisão do STJ. Dessa forma, o MP Estadual não tem atribuição para tanto. (2,0 pontos)

b) Citar o art. 3º, inciso IV, da CF que "Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; e no Art. 5º, inciso XLI, que "a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais". (1,0 ponto)

c) Citar o art. 109, I, da CF. Aos juízes federais compete processar e julgar: as causas em que a União forem interessadas. (1,0 ponto)

d) Decisão Compete à Justiça Federal processar e julgar o conteúdo de falas de suposto cunho homofóbico divulgadas na internet, em perfis abertos da rede social Facebook e na plataforma de compartilhamento de vídeos Youtube, ambos de abrangência internacional. STJ. 3ª Seção. CC 191970-RS, Rel. Ministra Laurita Vaz, julgado em 14/12/2022 (Info 761). (1,0 ponto)

e) Na decisão, o STF entendeu que se aplicava aos casos de homofobia e transfobia a lei do Racismo (Lei n 7.716/1989). O artigo 20 da lei em questão prevê pena de um a três anos de reclusão e multa para quem incorrer nessa conduta. STF. Plenário. ADO 26/DF, Rel. Min. Celso de Mello; MI 4733/DF, Rel. Min. Edson Fachin, julgados em 13/6/2019 (Info 944). (2,00 pontos)

** Nota máxima no critério "domínio do conteúdo jurídico": 7,0 (sete)*

